

AS FOMES DO BRASIL:

Análise das estruturas discursivas na cobertura jornalística do Programa Fome Zero

Alex Ribeiro
Elen Cristina Gerales

RESUMO

O artigo analisa as estratégias discursivas utilizadas pelo jornal Folha de S.Paulo e pelas revistas Veja, Isto É e Época, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2003, na cobertura jornalística do Programa Fome Zero, criado pelo Governo do Presidente Lula para combater a fome no Brasil. A maioria das matérias é negativa, utilizando estratégias como edições confusas para destacar a insuficiência e a desorganização do programa. As matérias positivas também utilizam recursos de edição e recorrem a fontes autorizadas e aliados para a caracterização do Programa Fome Zero. O estudo conclui que os jornalistas pesquisaram pouco para a elaboração do material, muitas vezes relevando o problema da fome no país.

Palavras-chave: Imprensa, Análise de Discurso, Programa Fome Zero

ABSTRACT

The article analyzes the discursive strategies used by the newspaper Folha de São Paulo and the magazines Veja, Isto É and Época, during the months of January and February of 2003, in the journalistic coverage of the Programa Fome Zero (Zero Hunger Program), created for the Government of President Lula to fight hunger in Brazil. The majority of the articles is negative, using strategies such as confused editions to stress the insufficiency and disorganization of the program. The positive news reports also use editing strategies and appeal to authoritative sources and government allies characterize the Programa Fome Zero. The study concludes that journalists did not do enough researched to elaborate the materials, frequently ignoring the problem of the hunger in the country.

Key words: press, Discourse Analysis, Programa Fome Zero

Alex Ribeiro é Professor Adjunto da Universidade Católica de Brasília, Bacharel e Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília.

Elen Cristina Gerales é Professora Adjunta da Universidade Católica de Brasília, Bacharel e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília.

O Jornalismo é um campo de produção discursiva de grande poder simbólico. Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu (1999:14), essa modalidade de poder caracteriza-se por “constituir o dado pela enunciação, por fazer ver e fazer crer, por confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo”. Um de seus traços fundamentais é não ser reconhecido como arbitrário, não se expor, ocultar-se nas relações e práticas sociais. Em busca desse silêncio, articula-se em torno de estratégias discursivas eficientes por sua capacidade de convencimento e de dissimulação.

Eliminar as marcas de enunciação ou pelo menos minimizá-las, recorrer ao testemunho de fontes autorizadas, seguir técnicas de abertura e fechamento de matérias são algumas estratégias para tornar legítimo o discurso jornalístico. Mas essas estratégias não estão presentes em todas as coberturas da mídia de igual modo: reconfiguram-se, desaparecem, são acionadas com mais ou menos intensidade na articulação dos sentidos.

Neste artigo, procuraremos entender as estratégias discursivas do jornal *Folha de São Paulo* e das revistas *Veja*, *Isto É* e *Época*, na cobertura do *Programa Fome Zero*, entre janeiro e fevereiro de 2003. A escolha dos veículos foi realizada segundo critérios de importância no cenário nacional e de acessibilidade; a delimitação do período justifica-se porque, neste intervalo, o Programa foi lançado, sendo apresentado à sociedade por meio de um discurso fundador. Entender como a imprensa aborda o Fome Zero pode fornecer pistas para identificar suas expectativas em relação às prioridades e à atuação do primeiro presidente de esquerda eleito no país e de como a mídia considera o polissêmico tema da fome, freqüentemente reafirmado, negado, minimizado e/ou superestimado na cultura nacional.

Mais do que buscar os sentidos do discurso jornalístico sobre o Programa – sentidos que serão apreendidos, transformados, desconstruídos ou aceitos por um olhar-leitor –, este artigo pretende elucidar as estratégias discursivas utilizadas pelos jornais. Para proceder a essa descoberta, optou-se pela análise de discurso, em sua vertente francesa (ADF). Essa escolha se deu, primeiramente, porque a ADF não considera a linguagem produtora da realidade ou seu produto, como substituta do referente ou dele derivada. A linguagem é considerada discurso, levando em conta sua dinâmica e seu processo de constituição.

Dessa forma, a ADF tenta superar uma séria lacuna de várias correntes da Análise de Discurso: a dificuldade de contextualização, ou seja, de se levar em conta os cenários de fala e de recepção, com seus atores sociais. Como afirma Motta (1999):

A análise do discurso não pode existir sem uma prévia análise das relações sociais e institucionais onde os conteúdos são produzidos. A noção de poder não está principalmente nos “efeitos desse discurso nas relações sociais”, mas nos próprios processos de produção de sentido (MOTTA, 1999).

Partindo da ADF, analisou-se todo o material coletado como uma prática discursiva que envolve atores, local de fala, construção de sentidos e interlocução com outros sentidos.

A ADF também não cai na tentação inversa, de atribuir todo o sentido do discurso ao que é externo a ele. Se fosse assim, a própria análise de discurso perderia importância: para que nos debruçarmos sobre o discurso se toda a significação é extemporânea a ele?

O discurso é considerado uma prática política na ADF, o que é defendido por um de seus grandes expoentes:

Deve-se recusar completamente a concepção da linguagem que a reduz a um instrumento de comunicação de significações que existiriam e poderiam ser definidas independentemente da linguagem, isto é, informações. Esta teoria ou concepção da linguagem é, para ele, uma ideologia cuja função nas ciências humanas e sociais (onde ela é dominante) é justamente mascarar sua ligação com a prática política, obscurecer esta ligação e, ao mesmo tempo, colocar estas ciências no prolongamento das ciências naturais. Mesmo não possuindo uma linguagem nos moldes das linguagens humanas, os animais se comunicam. Por este motivo, a redutora concepção de linguagem humana como instrumento de comunicação (concebida, é verdade, de modo muito complexo, muito elaborada, e muito performante, mas, no entanto, para isso) conduz a conceber o homem e as sociedades humanas como se nos mesmos princípios dos animais e das sociedades animais. Se é sob forma geral do discurso que estão apagadas as dissimetrias e as dissimilaridades entre os agentes dos sistemas de produção, sem dúvida isto não se produz de modo explícito, através de um tipo de ordem: “coloque-se aqui, este é seu lugar no sistema de produção”. Isto é, pelo viés de uma espécie de “comunicação”, eventualmente acompanhada de alguma forma de coerção física ou de ameaça. É claro que a coerção pode existir e existe sempre em um sentido. É claro, por exemplo, que qualquer um pode se ver obrigado a tomar um lugar definido em um sistema de trabalho, mas esse lugar não é um lugar no sistema de produção. Não é a isto que estamos nos referindo.

O que precisa ser compreendido é como os agentes deste sistema reconhecem eles próprios seu lugar sem terem recebido formalmente uma ordem, ou mesmo sem “saber” que têm um lugar definido no sistema de produção. Quando alguém se vê obrigado a ocupar um lugar dentro de um sistema de trabalho, este processo já se deu anteriormente; tal pessoa sabe, por exemplo, que é um trabalhador e sabe o que tudo isso implica. O mesmo acontece quando alguém é, por exemplo, nomeado juiz. O processo pelo qual os agentes são colocados em seu lugar é apagado; não vemos senão as aparências externas e as conseqüências. Para compreender como este processo se situa em um mesmo movimento, ao mesmo tempo realizado e mascarado, e o papel que nele desempenha a linguagem, devemos renunciar à concepção da linguagem como instrumento de comunicação. Isto não quer dizer que a linguagem não serve para comunicar, mas sim que este aspecto é somente a parte emersa do iceberg (PÊCHEUX, 1992).

Enquanto outras vertentes de análise de discurso não se prendem aos atos de enunciação por não considerá-los constitutivos do discurso, a ADF valoriza os locais de fala. O sujeito enunciativo está localizado em uma posição de onde pode (deve) mandar, obedecer, exigir, pedir:

Ao dar uma ordem, sei que estou habilitado a fazê-lo e coloco meu interlocutor na posição daquele que deve obedecer; não preciso, pois, perguntar se estou habilitado para isto: ao ordenar, ajo como se as condições exigidas para realizar este ato de fala estivessem, efetivamente, reunidas. Dito de outra forma, não é porque tais condições estão reunidas que o ato pode ser efetuado, mas é porque este ato foi efetuado que se consideram reunidas estas condições. Através de sua própria enunciação, este ato de fala é considerado pertinente (MAINGUENEAU, 1996).

Com o instrumental da Análise de Discurso de Vertente Francesa (ADF), buscar-se-á como a imprensa diz o Programa e não o que diz dele. Para isso, dividiu-se as 72 matérias coletadas em favoráveis e desfavoráveis, destacando as estratégias de cada um desses lados.

VAI DAR CERTO

Apenas 22% do total de matérias é favorável ao Programa e está concentrado, em sua maioria, na primeira quinzena de janeiro e nas revistas *Isto É* e *Época*. Uma estratégia discursiva muito comum nessas matérias foi a utilização do gênero entrevista. Em vez de utilizar adjetivos – prática condenável na tradição da linguagem jornalística, porque sinônimo da manifestação de subjetividade ou parcialidade –, utilizaram-se personalidades públicas para elogiar o Programa. A necessidade de alteridade no discurso jornalístico foi um “álibi” para que o repórter-enunciador virasse o tradutor ou o porta-voz do discurso do Outro, preservando a ilusão de distanciamento e objetividade.

Um exemplo de entrevista favorável foi a realizada com Zilda Arns na revista *Isto É* (17/02/2003). Antes de iniciar uma entrevista “pingue-pongue”, em que foi abordado exclusivamente o *Programa Fome Zero*, a repórter Célia Chaim apresenta um grande lead explicando a trajetória de Zilda Arns. O reconhecimento internacional do trabalho da religiosa é destacado: “Por duas vezes seu trabalho foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz” e “Na última semana, a organização e seus voluntários foram indicados como um dos finalistas do Nobel das Crianças, premiação criada por uma entidade internacional com sede na Suécia”. E Chaim vai além, mostra a entrevistada como sinônimo de quem luta contra a exclusão: “Tudo o que a médica sanitária e religiosa Zilda Arns faz há 20 anos é trabalhar para que o filho do brasileiro, não raramente miserável, tenha comida, escola, cresça com saúde e adquira condições para romper a barreira da exclusão, puxando junto a família. Viúva, mãe de cinco filhos e avó de oito netos, irmã de personalidades preciosas na vida religiosa, como Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Crisóstomo, ela é a coordenadora da Pastoral da Criança, entidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que se dedica a crianças e adolescentes carentes do País”. A trajetória da fonte dá-lhe muita credibilidade para falar do Programa. E, neste caso, falar bem. Zilda Arns se crê “esperançosa” e acha “que todo o povo brasileiro deve colaborar”.

Outra fonte convidada a falar do tema foi Lena Lavinas, professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro, funcionária da OIT, Organização Internacional do Trabalho e pesquisadora na diretoria de políticas sociais do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em matéria da *Folha de S. Paulo* (15/01/2003). A entrevistada representa o discurso autorizado do mundo acadêmico. O *lead* da matéria, provavelmente a única parte que será lida por um leitor apressado ou cansado, é um elogio da economista ao Programa: “O Fome Zero é o primeiro passo do país para, pela primeira vez, ter de fato uma política social de segurança alimentar”.

As matérias favoráveis utilizam, além do discurso autorizado dos especialistas, entrevistas com aliados. Trata-se de fontes que não estão estudando o *Programa Fome Zero* ou meramente opinando sobre ele, mas que aderiram e conclamam a sociedade à participação. Dois exemplos dessa categoria de entrevistado são o diretor da Eletrobrás, o físico Luiz Pinguelli Rosa (*Isto É*, 15/01/2003) e o diretor da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), Jacques Diouf (*Folha de S. Paulo*, 28/02/2003).

Mais do que aliado, Rosa identifica-se como um “instrumento do Programa Fome Zero. Poderíamos estimular a criação de peixes em barragens, o que criaria emprego e contribuiria com alimentos para a população local, além de estimular a plantação ao longo das linhas de transmissão. Não pretendemos fazer milagre, mas podemos mitigar a fome usando recursos

das estatais”. Já Diouf afirma que o Programa transformou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva num “líder mundial e permitiu a seu organismo pressionar por metas mais ambiciosas de redução da fome do mundo”.

A principal fonte utilizada para falar sobre o *Fome Zero* e para elogiá-lo, porém, foi o próprio governo. Sua presença como fonte não se reduziu a entrevistas como as realizadas com o ministro de Segurança Alimentar e combate à Fome, José Graziano, e com o presidente do PT, José Genoíno, mas à incorporação, no discurso jornalístico, de expressões utilizadas pelo governo. A matéria de Leonel Rocha e Sonia Filgueiras (*Isto É*, 07/01/2003), por exemplo, inicia-se dessa forma: “O Fome Zero não será uma simples distribuição de dinheiro para comprar comida”, e, em outro momento do mesmo texto, afirma-se que “a solidariedade, marca do programa Fome Zero, também será a principal motivação do governo para outras campanhas”. Quem disse isso? A revista tomou como seu o discurso do próprio Programa, sem contestação ou dúvida.

PARTE DE UM TODO

Outra estratégia discursiva recorrente foi inserir o *Fome Zero* como retranca de matérias sobre outros programas e desafios do Governo. Em “Um dia para história”, publicada na revista *Veja* (8/01/2003), fala-se sobre a posse do novo presidente e o Programa aparece como metáfora de mudanças. Já em “Trabalho para todos”, da *Isto É* (10/01/2003), complementa uma reportagem sobre a redução da jornada de trabalho para criar novos postos de trabalho. O Programa também está inserido em matérias sobre violência, cotas para negros na universidade e situação da mulher no mercado de trabalho.

Dois aspectos destacam-se nessa transversalidade do tema Fome Zero. O primeiro é que as críticas ao Programa ficam diluídas quando se percebe que ele faz parte de um todo, de uma luta contra males maiores, historicamente arraigados como a violência, o desemprego e o preconceito. O segundo aspecto é que o Programa assume características de uma metáfora, ou seja, “designação de um objeto ou qualidade mediante uma palavra que designa outro objeto ou qualidade que tem com o primeiro uma relação de semelhança” (Houaiss: 2001). Nesse caso, o *Fome Zero* seria metáfora da vontade de mudar e da possibilidade de transformação social.

RECURSOS DE EDIÇÃO

Os grandes momentos históricos, as revoluções, os cataclismos sempre foram temas jornalísticos. O jornalismo acompanhou a Revolução Francesa, a Guerra Civil Americana, a Revolução Russa. Espectador da História.

Mas o jornalismo também se constituiu na auscultação atenta do cotidiano: o acidente, o prêmio de loteria, a promessa do Governo, a ação heróica: “a arte de tecer o presente”, para Cremilda Medina. Duas matrizes podem ser identificadas nessa busca pelos acontecimentos de impacto histórico ou de importância passageira: o sensacionalismo e a racionalidade.

Jornais americanos do século XVIII, ingleses e franceses do século XIX comprovam que o sensacionalismo não é uma mera aberração ou manipulação do “verdadeiro” jornalismo.

Não. O jornalismo, ou uma parte dele, nasceu sensacionalista. No calor da hora, na experiência de gerações e gerações de editores, no aprendizado dos leitores, vem à luz uma gramática sensacionalista, em que o sexo, a violência, as doenças exóticas e as denúncias são reconstituídas de forma exacerbada. Um universo em que o leitor é assediado, envolvido, aprisionado; onde há pactos de verossimilhança rompidos e retomados. Um universo habitado por bebês-diabo, pelo câncer *gay*, por chacinas nas periferias de grandes cidades, por crimes sem lógica nenhuma ou motivados por pares de tênis, dez reais, brigas em bares.

É uma questão de intensidade. Há jornais que se assumem exclusivamente sensacionalistas, mas os critérios de notícias dos jornais ditos sérios, para o público de escolaridade maior, também escorregam no sensacional. Afinal, os manuais de redação encarregam-se de apresentar, ao jornalista novato, o gosto e os interesses do leitor.

Mas não se pode esquecer da gênese mais racionalista do jornalista. Editorias como política, economia e ciência aparecem como especializações; o jornalismo quer ser um espaço de cognição do mundo e traduzir, descrever, difundir o conhecimento dos especialistas e os produtos desse conhecimento. A cobertura jornalística do programa Fome Zero teve os pés fincados nas duas tendências. Prática comum na imprensa sensacionalista, o divórcio entre as marcas do editor – sutiã, títulos e intertítulos – e o conteúdo das reportagens foi recorrente nos textos analisados. Muitos títulos foram notadamente otimistas, parciais, tendenciosos, exagerados, diferenciando-se das matérias. “Estrela-guia” (*Isto É*, 05/02/2003), sobre a viagem de Lula à Europa, traz numa retranca uma entrevista com Cândido Grybowski fazendo várias críticas ao *Fome Zero*. Quem ler apenas o título e o sutiã, porém, apreenderá um sentido totalmente diverso. Em alguns títulos, o gênero informativo parece ter sido substituído pelo opinativo, como “Tem tudo para dar certo” (*Isto É*, 18/02/2003) e “Um dia para a história” (*Veja*, 8/01/2003)

Esses recursos de edição são espaços para que outras funções da linguagem invadam o discurso jornalístico, sobressaindo-se em relação à referencialidade. Há trocadilhos, palavras de ordem, ironias que, no texto, estão atenuados pelas fórmulas mais consagradas e padronizadas de redação.

A PROFECIA DO FRACASSO

As críticas ao Programa também utilizaram amplamente a estratégia das edições confusas. Entre os discursos desfavoráveis, o da *Folha de São Paulo* merece destaque. Pode-se dizer que a *Folha*, em dois meses de intensa exploração da pauta, reuniu um volume inigualável de informações de relevância pública ao lado de dúvidas recorrentes sobre a viabilidade do programa e uma flagrante tendência, ao longo de todo o período, para edições que contradiziam, ou limitavam, o conteúdo das matérias publicadas. Foi um total de 78 textos jornalísticos analisados, em janeiro (36) e fevereiro (42) de 2003. Esse cômputo considera as matérias identificadas pela origem como, por exemplo, sucursal de tal lugar, enviada(o) especial, reportagem local, colunista, free-lance, agência, etc.

Do início do mês de janeiro até o dia 09/1 a *Folha* publicou matérias que reproduziam os anúncios de iniciativas por parte do governo recém-empossado sobre o Programa Fome Zero (PFZ). Nesta data, porém, surge um primeiro sentido, o de indefinição. É o “fim da lua-de-mel” (expressão de Antonio Ermínio de Moraes, publicada pela *Folha* à época) dos editores

com a proposta central da gestão de Lula na área social. Busca-se caracterizar as representações desfavoráveis ao *Programa Fome Zero*, na dimensão sincrônica, considerando expressões que apareceram no título das matérias, no subtítulo ou com ênfase ao longo do texto do dia. Assim fugimos à atribuição aleatória de sentido por parte do analista. No referido dia 09 de janeiro afirma-se “não há formato nacional definido”, embora estivesse sendo divulgado tratar-se de projeto piloto em Guaribas/PI, com destinação de R\$ 50/mês às famílias, dentre outras ações de infra-estrutura urbana e social anunciadas. No “Saiba Mais” desse mesmo dia vê-se também o título “Projeto segue sem orçamento definido e sem consenso”, mas a polêmica em torno do uso exclusivo do benefício para a compra de alimentos não se confirma no meio do mosaico de dúvidas reportado. A polêmica reside mais na insuficiência de apuração da própria matéria do que em fatos.

Em 17/01 começa a ‘dança dos chapéus’, que segundo o Manual de Redação da *Folha*, é definido como “palavra ou expressão curta colocada acima de um título; usada para indicar o assunto de que trata o texto ou os textos que vêm abaixo dela”: surge aí o GOVERNO PETISTA. É quando aparecem mais objetivamente as fragilidades do PFZ, com a declaração do ministro José Graziano de “aproveitar sobras de alimentos de restaurantes”; a *Folha*, atenta, continua exercendo seu papel de informação ao leitor sobre os detalhes do mais destacado programa do governo Lula. No dia 20/01 o organograma dos ministérios envolvidos no Programa é tratado como “confuso” no texto e, no subtítulo, lemos que “após 19 dias de governo Lula, ministro nomeou apenas quatro auxiliares”. No dia 22/01 o ministro teria sido retratado por “assessores” como “muito desorganizado”; a matéria trata da crítica de Marta Suplicy (na reunião da executiva do PT) a Graziano por inabilidade política. Indefinido, com organograma confuso e com um ministro desorganizado, o PFZ começa a ser englobado numa caricatura que reaparecerá fortemente ao final de janeiro e na primeira metade de fevereiro.

Ainda em janeiro temos no chapéu o DESGASTE PRECOCE, com a resposta, bastante ponderada, de Graziano às críticas internas ao PT. Logo começam também a ganhar espaço críticas de D. Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias. No dia 29/01 surge um segundo sentido, ao lado de indefinido (e suas variantes confuso, desorganizado), o de insuficiência do PFZ. Em matéria intitulada “Maior problema em Guaribas é a falta de água”, lê-se que o Secretário de Saúde de Guaribas disse que o Fome Zero “não será suficiente para combater a desnutrição infantil”. Ao lado de insuficiente, uma variante ganha espaço no dia 30/01: a ineficiência. Particularmente cínico o chapéu desse dia é PRATO VAZIO; o título da matéria é “Economista acha estratégia do Fome Zero ultrapassada” e o subtítulo diz que “vincular dinheiro à comida é ineficiente”. No corpo da matéria, no entanto, a economista da FGV, que provavelmente compra comida à vista, critica apenas o fato de “condicionar o dinheiro à compra de comida” e não o fato de haver programas de transferência direta de renda. O equívoco aqui parece ser da *Folha*.

Associar a expressão “prato vazio” ao lançamento de um programa de segurança alimentar, que pretende atingir mais de um milhão de famílias, no dia de seu lançamento oficial e reforçar o sentido de indefinição (“Indefinido, Fome Zero sai hoje do papel”) parece um virtuosismo editorial que serve a leituras apressadas da proposta. A amplitude e possibilidades de adaptação dinâmica às realidades em que o PFZ pretende atuar somente começavam a ser descortinadas, dentro e fora do governo. No mês de fevereiro o sentido insuficiente/ineficiente é reforçado com a reportagem “Cidade-piloto não vê fome como prioridade” e aí logo se

acrescenta um outro sentido: não há fome! A fala “a gente não morre de fome” é de uma das beneficiadas de Guaribas/PI (01/02). A ausência de um conceito de fome, seja na abordagem jornalística quanto no programa governamental, será responsável por essa nova vertente do discurso sobre o Fome Zero.

No domingo, dia 02, temos um grande material da sucursal Brasília, da agência *Folha* e de reportagem. O ministro José Graziano é entrevistado e responde várias questões sobre fiscalização de gastos, ações estruturais associadas ao PFZ e doação de alimentos. Mas o sentido de ineficiência reaparece “Fome Zero é fácil de burlar” ou “Mãe não sabe o motivo da exclusão”. São apresentadas também diferenças entre o Fome Zero da campanha eleitoral e o lançado pelo governo federal, segundo o repórter depois do “choque de realidade”. O chapéu é o mesmo de quase todo o mês, o levemente irônico: OPERAÇÃO SOCIAL. No dia seguinte ganha força a idéia de que no Brasil há desnutrição e, paradoxalmente, não haveria fome. O título da notícia no dia 03/02 é “Fome Zero ignora campeã da desnutrição”, sobre a não inclusão do município de Nossa Senhora dos Remédios (PI), por estar fora da situação de emergência devido à seca. Seguem-se outros títulos sobre “Desnutrição não depende só da renda”, com dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre alternativas sociais que estariam livrando populações da fome endêmica (conceito não explicitado no texto).

No dia 04/02 aparece mais uma vez o efeito de minimização (apontado em outros estudos de comunicação) da questão da fome, pela atribuição de uma outra razão explicativa: “Moradores...pedem água e saneamento básico”. Acontecia a visita de comitiva oficial no início do PFZ em Guaribas. A minimização da fome ainda voltará no dia 14/02 em pronunciamento de Fernando Henrique Cardoso, em Madri, de que “não há pessoas morrendo de fome no Brasil”, há subnutrição. Aqui não podemos deixar de adiantar nossa perplexidade com a falta (por parte do governo, da *Folha*, de políticos e analistas) de qualquer rigor teórico na definição da fome e, particularmente, de referência ao maior estudioso brasileiro sobre o assunto, Josué de Castro.

Nos dias 05/02 e 06/02 (quarta e quinta) a *Folha* parece querer ressaltar vozes favoráveis ao PFZ; aparecem falas de Ciro Gomes (“Vamos aprender fazendo”) e de Lena Lavinas (“Economista da OIT elogia concepção do Fome Zero”). Neste último surge também certa galhofa com o MIMO CANINO (chapéu da matéria) em que Lula aparece ao lado de Vera Loyola (numa imagem de 2002) sob o título de “Socialite doa colar de cadela ao Fome Zero”. Segue-se nesse clima a “gafe” de Graziano (08/02) ao associar migração de nordestinos ao uso de carros blindados em São Paulo. A suposta confusão do PFZ começa a tomar forma na figura do ministro; nesta mesma edição é divulgada nota de Graziano refutando qualquer preconceito e mais contestações (“D. Mauro volta a criticar Fome Zero”) são publicadas. Até a colunista Danuza Leão é embalada pelo sentido de confusão; no dia 09/02 em sua apologia ao controle de natalidade (de pouca fundamentação demográfica) afirma que “apesar de meio confuso, o governo Lula está cheio de boas intenções”.

No dia 12/02, em mais uma OPERAÇÃO SOCIAL, aparece nota sobre o pedido de intervenção na Prefeitura de Guaribas, um dos efeitos políticos do PFZ pouco apreciados. No dia 15/02 a reação de Lula às críticas é destaque “Lula culpa elite e imprensa pelas críticas ao Fome Zero”, Lula participava de assinatura de convênios com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Sem manchete o diretor da FAO, Jacques Diouf, disse não conhecer programa melhor nos 184 países acompanhados pela organização,

o que está no corpo da matéria. Durante a segunda quinzena de fevereiro a abordagem jornalística segue sem grandes efeitos de edição e numa linha mais informativa, alternando algumas investigações significativas: uma ilação de *lobby* da Nestlé (16/2), o surgimento de Walter Belik em defesa do PFZ (22/2) – quando tenta explicar a diferença entre obrigatoriedade de gastos com alimentos e exigência de comprovantes -, a moção de protesto da Câmara Municipal de Fortaleza contra Graziano (25/2) ou a presença de jovens na fiscalização e orientação das famílias beneficiadas no Piauí, com remuneração mensal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mostrou-se como o Jornalismo tece discursos favoráveis ao Fome Zero recorrendo ao discurso dos especialistas, inserindo o Programa em outros maiores e tornando-o metáfora da utopia e da transformação social e, por fim, dizendo nos títulos o que não diz nos textos. Deve-se, porém, também falar do que a cobertura cala, de seus grandes silêncios. Para a lingüista Eni Orlandi (1993), o que não é dito tem tanta importância, ou mais, do que o que é dito. É necessário apreender as formas do silêncio.

Um recurso pouco utilizado nessa cobertura foram as comparações com outros países e com outros momentos da história do Brasil. O Fome Zero é apreendido de forma muito solitária, e sua análise fica refém dos discursos favoráveis ou antagônicos dos especialistas. Faltou pesquisa.

Diante da falta de pesquisa, o gênero prevacente nas matérias analisadas foi o informativo. A opinião, como observou-se, interceptou a informação, porém freqüentemente amparada em estratégias discursivas dissimuladoras. Os espaços para a interpretação e o aprofundamento foram pequenos, principalmente numa cobertura contínua, recorrente e ampla.

O principal sentido enunciado na cobertura jornalística em questão é o par confusão/ indefinição; uma síntese dessa vertente de produção de significado é o artigo da Revista *Veja* (05/2), assinado por Mônica Weinberg. Intitulado “Fome Zero, confusão dez” o texto apresenta distorções de informação (associa o PFZ exclusivamente à distribuição de cartões de alimentação, quando basta visitar o simplório site do programa para saber que há uma série de ações específicas e estruturais), generalizações incompatíveis com a prática do jornalismo (“todos os especialistas em ações sociais... acham a iniciativa do Fome Zero um equívoco em vários aspectos”) e parcialidade na disposição dos fatos (começa exigindo definição sobre “como serão punidos aqueles que usarem dinheiro para comprar itens proibidos”). O grande equívoco parece estar no fenômeno que Josué de Castro (*Geopolítica da Fome*, São Paulo: Brasiliense, 1968) chamou de “o tabu da fome”, há uma certa disposição moral que nos impede de abordar a questão das pulsões humanas e da grande incapacidade dos povos de resolver uma das necessidades mais antigas do homem e, portanto, a relação da desigualdade como função de hierarquias sociais e políticas. A matéria da *Veja* e várias outras revelam não só essa aversão a tratar esse problema gravíssimo, como se colocam como defensores da dignidade das pessoas que têm fome e acusam o governo de querer humilhar a população ao tentar transferir renda, ação consagrada em diversos países como uma saída para a questão da fome.

O segundo sentido mais freqüente é o par insuficiência/ineficiência; nele compreende-se a ausência de estudos científicos sobre a fome e, principalmente, de um conceito que pudesse unificar as investigações jornalísticas e, por sua vez, a própria proposta governamental para o problema. Se, obviamente, temos uma quantidade maior de estudos desde as pesquisas

pioneiras de Josué de Castro (ver também *A Geografia da Fome*, cuja primeira edição é de 1946), a diferenciação entre as categorias de fome global ou inanição, uma das manifestações possíveis, e de fome parcial ou oculta, em suas formas endêmica ou epidêmica, feita há mais de 50 anos, serviria como base para deitar por terra boa parte das confusões em que o PFZ esteve envolvido. Mas, talvez, a pesquisa profunda das raízes do pensamento sobre os diversos acontecimentos e suas implicações ainda seja uma pretensão impossível diante da pirotecnia das edições e todos os filtros que limitam a prática desses discursos tão importantes para a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, J. *Geopolítica da Fome*. São Paulo: Brasiliense, 1968)

ERBOLATO, M. *Jornalismo especializado*. São Paulo: Ática, 1981.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1996.

MEDINA, C. (orgs.) *Saber plural*. São Paulo: ECA/USP/CNPq, 1994.

PÊCHEUX, M. *Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1992.